



DESIGUALDADE COMO TRADIÇÃO: UMA INTERSUBJETIVIDADE DA DOMINAÇÃO

Joana Cabral

Universidade Lusófona/HEI-Lab

Manuela Rebocho

Universidade Lusófona

Ana Cristina Pereira

CECS – Universidade do Minho

Resumo

Apesar da norma antirracista que caracteriza a modernidade, a colonialidade mantém-se nas sociedades contemporâneas através de várias formas de estruturalização e institucionalização do racismo. Esta hierarquia racial tem sido suportada por um sistema de crenças meritocráticas, de daltonismo social e acerca da superioridade moral das tradições e valores eurocêntricos, que permite, simultaneamente, defender a identidade branca e os seus privilégios e racionalizar e legitimar as desigualdades. Neste trabalho pretende-se discutir a forma como este sistema ideológico atua na interceção entre identidades brancas e não-brancas, operando o clivar e subalternizar das diferenças. Através de um estudo quantitativo e correlacional exploram-se as associações entre desigualdade, perceção de ameaça e racismo, explorando o efeito amplificador dos valores de dominância social, poder e conservadorismo. Serão apresentados dados recolhidos junto de 227 pessoas portuguesas e brancas (137, 69.6% do género feminino e 87, 35.5% do género masculino). Os resultados revelam que a experiência de desigualdade está associada à intensificação das expressões de racismo, através do aumento da perceção de ameaça face a grupos racializados, e que este efeito é amplificado pela adesão a valores de dominância social. Partindo destes resultados, discute-se a forma como a desigualdade permanece normalizada nas narrativas sociais dominantes, tirando partido de imaginários historicamente construídos, reproduzidos numa cultura hegemónica que mantém preconceitos racistas, xenófobos e classistas.

Palavras-chave: colonialismo; racismo; desigualdade; poder; conservadorismo.

INEQUALITY AS A TRADITION: AN INTERSUBJECTIVITY OF DOMINATION

Joana Cabral

Universidade Lusófona/HEI-Lab

Manuela Rebocho

Universidade Lusófona

Ana Cristina Pereira

CECS – Universidade do Minho

Abstract

Despite the anti-racist norm that characterizes modernity, coloniality remains in contemporary societies through various forms of structural and institutional racism. This racial hierarchy is supported by meritocratic and colorblind beliefs that assume the superiority of Eurocentric traditions and morality. This system simultaneously defends white identities and their privileges and rationalizes and legitimizes inequalities. This work aims to discuss how this ideological system operates in the intersection between white and non-white identities, operating the cleavage and subalternization of difference. This quantitative and correlational study explores the associations between inequality, perceived threat, and racism, exploring the amplifying effect of power and conservatism as social dominance values. Data collected from 227 white people will be presented (137, 69.6% female and 87, 35.5% male). Results reveal that the experience of inequality is associated with the intensification of racism through the intensification of perceived threats regarding racialized groups, and that the endorsement of social dominance values amplifies this effect. Based on these results, we discuss how inequality remains normalized in the dominant social narratives, taking advantage of historically constructed imaginaries, reproduced in a hegemonic culture that maintains racist, xenophobic and classist prejudices.

Key Words: colonialism; racism; inequality; power; conservatism.

Introdução

O poder e o conservadorismo são valores estruturantes no Norte global, como tal regulam a maior parte das dinâmicas intra e intergrupais. Derivam historicamente do projeto de dominação colonial e estão sustentados em ideologias meritocráticas e de darwinismo e daltonismo social (Lantz et al., 2020). Estas ideologias estabelecem um estreito e íntimo diálogo com construções psico-socio-históricas, memórias e imaginários coletivos, que colocam o eu/nós eurocêntricos como centro moral e epistémico de poder e o Outro como periférico, marginal e subalterno (Dalal, 2013). O objetivo do presente estudo é explorar as associações entre desigualdade, percepção de ameaça, valores de dominância social (i.e., conservadorismo e poder) e racismo. O pressuposto que se problematiza é o de que a socialização e produção cultural ao abrigo destes valores permite conservar as identidades e tradições brancas e hegemónicas e os seus privilégios. Explora-se em que medida a adesão a estes valores se intersecciona com a desigualdade, amplificando a percepção de ameaça e reforçando crenças e atitudes racistas.

Racismo estrutural e “desigualdade democrática”

Segundo o relatório sobre as desigualdades produzido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS; 2022), Portugal ocupava, em 2016, a 5ª posição entre os países mais desiguais. Entre 2019 e 2020 os indicadores de desigualdade dispararam 1.8% (Gini = 33%), a par de uma intensificação da pobreza, o maior aumento no período de um ano desde 2003. Apesar da ausência de uma recolha sistemática de dados étnico-raciais, os dados existentes são reveladores de uma desigualdade acentuada relativamente às pessoas e comunidades racializadas (i.e., afrodescendentes, ciganas, imigrantes). O panorama do racismo institucional e estrutural manifesta-se nas mais variadas esferas da inclusão e dos direitos sociais: (i) a grande maioria das crianças racializadas abandonam a escola ou são encaminhadas para vias profissionais de

ensino e uma ainda mais ínfima minoria acede ao ensino superior (Roldão, 2015); (ii) verifica-se uma flagrante segregação geográfica e degradação habitacional entre os grupos racializados (Alves, 2021); (iii) entre 2006 e 2016, apenas 28% das queixas apresentadas à Comissão pela Igualdade e Contra a Discriminação Racial foram processadas e dessas, 79% foram arquivadas, 25% por prescrição (Maeso et al., 2021, pp. 62-63).

Na origem das estruturas sociais estão narrativas e imagéticas controladas por quem detém o “poder simbólico”. Narrativas estas que estruturam relações entre pessoas, grupos e classes sociais, num horizonte material e simbólico (Bourdieu e Wacquant, 2013). Cada indivíduo está, assim, envolvido numa teia de transações simbólicas que molda as suas identidades e sociabilidade, bem como a sua consciência crítica e leitura da realidade social. Importa reconhecer que o exercício do poder simbólico é acompanhado pelo enaltecimento dos méritos e do sistema de crenças e valores das identidades dominantes (Bethencourt e Pierce, 2012) e pela socialização em torno de atitudes sociais que mantêm protegidos os seus privilégios e a distribuição dos recursos a seu favor (Lantz et al., 2020).

A história da desigualdade é também a história do projeto colonial europeu e da construção da modernidade. Histórias estas que foram erguidas com base na expropriação não apenas material, mas também simbólica e na sub-humanização do outro colonizado (Martins, 2021). A construção de uma ideia de humanidade, à luz de uma projeção eurocêntrica do “homem”, como a única que concede estatuto de efetiva humanidade e o acesso aos direitos de liberdade e epistémicos, é uma das heranças da modernidade. Como consequência, o outro não europeu, não branco ou do sul, é “colocado à distância” da condição humana (Lowe e Manjapra, 2019), motivo pelo qual a modernidade e a construção da colonialidade são indissociáveis (Mignolo, 2020).

No contexto das narrativas coloniais e neocoloniais europeias, o exercício da dominação simbólica e hegemónica assenta num conjunto de mitos de legitimação e naturalização das desigualdades. Mais especificamente, numa confabulação coletiva

de superioridade moral e civilizacional (Bethencourt e Pierce, 2012), suportada pela adulação dos conhecimentos e tecnologias industriais, tidos como meta impossível de alcançar pelas “raças” consideradas inferiores. Esta crença legitimou a manutenção de sistemas neocoloniais de opressão e desigualdade, sob o pretexto de civilizar pelo trabalho e de otimizar as riquezas naturais dos territórios colonizados.

Adicionalmente, os processos de industrialização e racismo científico aliaram-se para continuar a ordem racial e colonial. Se a revolução industrial precipitou a abolição da escravatura, ao mesmo tempo dela tirou partido (Bethencourt e Pierce, 2012). Assim, o casamento dos projetos capitalista e colonial deu forma a uma estrutura de “capitalismo racial”, em que a distribuição do trabalho e dos capitais se organiza e mantém em função das hierarquias raciais (e.g., Santos, 2007).

A norma antirracista, instituída depois da segunda-guerra mundial e que condena o racismo no plano moral e o descredibiliza no plano intelectual, deu lugar a um conjunto de mitos legitimadores do racismo que se manteve nas sociedades contemporâneas (Vala et al., 2015). As ideologias meritocráticas e de daltonismo social, comuns nas sociedades ocidentais, permitem assim racionalizar e legitimar o racismo estrutural e institucional. À luz deste sistema de crenças, a mobilidade social é acessível para todas as pessoas, os recursos da sociedade são distribuídos na justa medida do esforço. Consequentemente, é a desigualdade entendida como inevitável. Estas crenças suportam uma ideia de “desigualdade democrática” (Khan, 2010) que redundna na naturalização e reprodução do racismo, visto como consequência justa para quem não cumpre as *métricas* do sucesso, ambição e esforço individual. A este propósito, a evidência científica demonstra que entre os grupos de privilégio, nomeadamente brancos europeus de classe média e alta, vigora a crença na inexistência de um sistema de opressão e de desigualdade estrutural e, portanto, uma incapacidade de reconhecer a posição de privilégio (Lantz et al., 2020).

Identidade e valores de classe: uma intersubjetividade da dominação

O processo de controlo hegemónico iniciado pela colonização europeia e pela modernidade tem continuidades no exercício da colonialidade através de processos de globalização, i.e., de homogeneização dos modelos de organização económica, social e cultural, quer fora das fronteiras da Europa e do norte global quer dentro destas (Mignolo, 2020). O exercício desta colonialidade alimenta não apenas o controlo do acesso a capitais e poder, mas também o controlo das identidades e narrativas culturais e históricas. Na medida em que a sociedade capitalista e liberal é, em grande medida, herdeira da estrutura colonial, as identidades sociais são, simultaneamente, identidades étnico-raciais e de classe e a diferenciação entre estas não é, por isso, neutra nem aleatória. Segundo Fanon (1961/2021), a burguesia constitui-se partindo do lugar do colonizador e do ódio e inferiorização do negro e do árabe, motivo pelo qual colabora para solidificar a estratificação racial. Sendo que a pertença a um grupo identitário é estruturante do sentido de self (Tajfel, 1982) e que a classe é um dos elementos pivot das identidades sociais, defender a identidade de classe é também garantir a proteção individual.

A construção do Outro como ameaça, seja este entendido como geográfica, fenotípica ou culturalmente estrangeiro ou exocêntrico, é dinâmica e simbólica, mais do que estática e objetiva. O Outro e o exogrupo são encarados como uma ameaça simbólico-cultural (Stephan e Stephan, 2000), na medida em que contestam o exercício do poder simbólico (Bourdieu e Wacquant, 2013) e o controle das narrativas e ideologias. Adicionalmente, embora a perceção de desigualdade possa intensificar a perceção de uma ameaça realista (Stephan e Stephan, 2000), com base numa perceção de escassez de recursos e oportunidades (e.g., emprego e apoios sociais), a construção do Outro, imigrante, negro, cigano, como ameaça na competição por recursos, não resulta diretamente da perceção da escassez, mas sim do casamento entre a desigualdade e a construção histórica do racismo, com base em imaginários eurocêntricos,

nacionalistas e coloniais (Bukowski et al, 2017; Vale et al., 2015).

Haverá ainda a considerar a forma como aqui colaboram os valores culturais do individualismo, do conservadorismo e do poder, e a socialização meritocrática. Enquanto dispositivos de socialização, os valores integram juízos sociais e normas culturais que estruturam os grupos e as pertenças e exclusões dentro de uma sociedade, permitindo cumprir diferentes interesses, coletivos e individuais, de afiliação e auto-preservação (Reimão, 1996). Na cultura ocidental, as relações intergrupais organizam-se, em grande medida, em torno dos valores da dominância social, entre os quais o poder e o conservadorismo (Vargas-Salfate et al., 2018). O poder move-se no sentido da competição pela obtenção do máximo estatuto social e do controlo dos recursos materiais e simbólicos. Se a preservação das tradições e do património simbólico do grupo de pertença pode ser uma meta motivacional benigna, a mesma meta pode tornar-se particularmente problemática quando parte de uma posição de conservadorismo hegemónico. Além da preservação e da coesão do endogrupo, o conservadorismo pretende reforçar o poder simbólico e o estatuto individual e do grupo identitário, através da atribuição de qualidades positivas a esse grupo e da inferiorização das tradições e costumes do exogrupo, percecionados como um ataque à identidade coletiva que protege o próprio sujeito (Reimão, 1996).

A identidade portuguesa organizou-se em torno de uma distintividade racial do branco sobre o negro (Vala et al., 2015) e de uma nostalgia colonial pela grandiosidade do empreendimento imperial (Lourenço, 1992). Numa sociedade em que se interseccionam imaginários supremacistas, uma desigualdade estrutural, ideologias meritocráticas e de dominância social, a tensão e competição intergrupais tenderão a alimentar e a retroalimentar sistemas de estratificação, alimentado uma intersubjetividade da dominação-submissão disponível nos imaginários da colonialidade. O objetivo deste estudo é explorar as associações entre desigualdade, percepção de ameaça, valores de poder e conservadorismo e racismo. Mais concretamente, parte-se de duas questões de investigação:

(q1) “em que medida o efeito da desigualdade no racismo decorre da intensificação da percepção de ameaça?”; e (q2) “em que medida a associação positiva entre a experiência de desigualdade, ameaça e racismo é intensificada pela adesão aos valores do poder e do conservadorismo?”.

Metodologia

O presente estudo segue um desenho quantitativo e correlacional, baseado em questionários de autorrelato. Da amostra de conveniência, recrutada via bola-de-neve e a partir de redes sociais *offline* e digitais, fazem parte 227 pessoas portuguesas, autoidentificadas² como brancas, 137 (69.6%) do género feminino, 87 (35.5%) do género masculino e três não-binárias (0.9%). As idades variaram 18 e os 64 anos (M = 28.80; DP = 10.79). Das 125 pessoas que responderam sobre a sua orientação sexual, a maioria identifica-se como heterossexual (119; 95.2%). Metade da amostra completou o ensino superior (110; 48.3%). A maioria trabalha ou trabalha e estuda (123; 54.4%) e classifica o seu NSE como médio (70; 58.5%).

O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica da Universidade Lusófona e incluiu um conjunto de questionários, administrados através de plataforma *online*, entre maio 2018 e abril de 2020.

Os valores de dominância social foram avaliados através da versão Portuguesa da Escala de Valores Sociais de Schwartz (2003; Granjo e Peixoto, 2013), através das escalas poder (e.g., “Uma pessoa para quem é importante que os outros lhe tenham respeito. Quer que as pessoas façam o que ela diz.”) e conservadorismo (e.g., “Uma pessoa para quem é importante comportar-se sempre

2 A questão foi formulada com base nas recomendações do Grupo de Trabalho para o Censos 2021 – sobre as questões “Étnico-raciais”, através da questão aberta “Há alguma origem ou pertença étnico-racial com a qual se identifique?”, sendo explicitada a possibilidade de não responder. Disponível em <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/167771/Sumário+Trabalho+GT+Censos+2021+Questões+Étnico-raciais.pdf/6ba40214-9a39-4a88-96b4-5c2919da14d9>.

como deve ser. Evita fazer coisas que os outros digam que são erradas.”). Pontuações médias ($\alpha = .61$) mais elevadas indicam maior adesão a valores de dominância social.

Foi aplicado o Inventário de Desigualdade Percebida (IDP; Cabral et al., 2016), instrumento desenvolvido para avaliar as experiências individuais de desigualdade social em cinco dimensões: económica; estatuto social; mobilidade social; controlo percebido; proteção social e justiça. Os itens foram formulados com base numa perspetiva da cognição social, dando para tal a instrução de que se pretendia que cada pessoa se comparasse com a maioria das pessoas do seu país. As qualidades psicométricas do instrumento foram previamente validadas no âmbito de um estudo de validação da medida (Moreira, 2018). A partir de um somatório global ($\alpha = .87$), pontuações mais elevadas indicam maior experiência de desigualdade.

Cinco itens foram adaptados de um estudo sobre minorias étnico-raciais (Nata, 2011) para a avaliação das percepções de ameaça: ameaça económica (“De uma maneira geral, as minorias étnico-raciais são más para a economia de um país.”); ameaça cultural (“Se houver muitas minorias étnico-raciais, a cultura pode ficar em risco”); insegurança (“Se mais minorias étnico-raciais fossem viver para a minha zona, eu sentir-me-ia mais inseguro”) e criminalidade (“Um país com minorias étnico-raciais, tem mais criminalidade”). Partindo da média global ($\alpha = .84$), pontuações mais elevadas indicam níveis mais elevados de percepção de ameaça.

Da medida Intolerant Schema Measure (Aosved, Long, e Voller, 2009), foi administrada a subescala de racismo ostensivo (“old racism”) (e.g., “Não deveria ser permitido que pessoas de minorias étnico-raciais assumissem cargos de poder”). Pontuações médias ($\alpha = .81$) mais elevadas indicam níveis mais elevados de racismo.

Desigualdade, valores sociais e racismo: análises preliminares

As análises de correlação permitem confirmar uma correlação positiva e elevada entre percepção

de ameaça e racismo ($r = .594$; $p < .001$). Verifica-se, ainda, que quanto maior a experiência de desigualdade maior a percepção de ameaça ($r = .246$; $p < .001$), mais intensas as expressões de racismo ($r = .185$; $p = .005$) e maior a adesão a valores de dominância social, poder e conservadorismo ($r = .133$; $p = .045$). Por sua vez, quanto maior a adesão a estes valores mais intensas são a percepção de ameaça ($r = .254$; $p < .001$) e as expressões de racismo ($r = .336$; $p < .001$).

Poder e conservadorismo como amplificadores da ameaça e competitividade racial

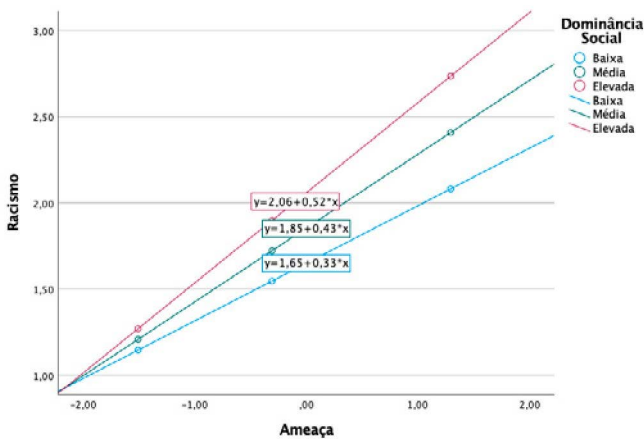
Para explorar a relação triangular entre as variáveis, mais concretamente se o efeito da desigualdade nas expressões de racismo é consequência de um aumento da percepção de ameaça e se estes efeitos são amplificados pela adesão aos valores de dominância social, poder e conservadorismo, foi testado um modelo de mediação moderada.

Os resultados do modelo de regressão revelam um modelo significativo ($F(5,219) = 29.62$; $p < .0001$) e que explica 40.35% da variância. Confirmam-se a percepção de ameaça ($\beta = .431$; $p < .0001$) e a dominância social ($\beta = .205$; $p = .006$) como preditores do racismo. Verifica-se ainda que a interação entre percepção de ameaça e dominância prediz significativamente o racismo ($\beta = .095$; $p = .029$) e acresce 1.3% à variância explicada. O efeito global da interação entre desigualdade e dominância social não é significativo ($\beta = -.096$; $p = .347$), contudo, análise dos efeitos condicionais por ponto focal do moderador (tabela 1) e do gráfico 1, permite confirmar o efeito de amplificação da adesão aos valores de dominância. Os valores de racismo são mais elevados à medida que aumenta a dominância social e, mais concretamente, os valores de dominância social intensificam o efeito da percepção de ameaça no racismo.

Tabela 1. Efeitos condicionais por ponto focal de moderador

Dominância Social	Efeito	se	t	IC 90 %
Baixa	.3340	.067	5,025***	.203-.465
Média	.4285	.046	9,363***	.338-.519
Alta	.5230	.059	8,876***	.407-.631

Gráfico 1. Ameaça e racismo: moderação pela dominância social



Os resultados confirmam, ainda, que a percepção de ameaça medeia totalmente a associação entre experiência de desigualdade e racismo ($F(1,241) = 19.24$; $p < .0001$; $\beta = .708$), para todos os níveis de dominância social (efeitos indiretos na tabela 2). Mais ainda, o efeito da percepção de ameaça na associação entre desigualdade e racismo intensifica-se à medida que aumenta a adesão aos valores de dominância social.

Tabela 2. Efeitos indiretos/de mediação por ponto focal de moderadores

Dominância Social	Efeito	Bootstrap SE	Bootstrap IC 90 %
Baixa	.196	.077	.075-.377
Média	.255	.076	.121-.419
Alta	.307	.094	.142-.511

Na sua globalidade, os resultados vão ao encontro da evidência prévia confirmando que os valores de dominância social (poder e conservadorismo), se associam a níveis mais elevados de preconceito e discriminação (e.g., Vargas-Salfate et al., 2018).

Os resultados também são consistentes com a evidência prévia em torno do efeito da desigualdade na intensificação das tensões sociais e, mais concretamente, da discriminação em relação a grupos histórica e socialmente discriminados (Bukowski et al, 2017). Tal como havia sido antecipado, este efeito parece ser consequente à intensificação das percepções de ameaça simbólico-cultural (i.e., à identidade e costumes hegemónicos) e ameaça material (i.e., à economia e segurança). Mais ainda, os resultados permitem verificar que o efeito da desigualdade no racismo, depende não só da percepção de ameaça, mas também da socialização em torno dos valores de dominância social, na medida em que estes amplificam o efeito da percepção de ameaça no racismo. Os resultados suportam a intersecção entre as dimensões de classe e raça na organização das identidades sociais e das discriminações, bem como a forma como estas intersecções se produzem e mantêm com base quer na socialização de imaginários eurocêntricos e coloniais, quer de ideologias de darwinismo e dominância social.

Reflexões finais

Se é verdade que os processos cognitivos de categorização social e diferenciação entre grupos podem gerar estereótipos e preconceitos étnico-raciais e impulsionar a probabilidade de atitudes intergrupais negativas e discriminatórias (Fishbein, 2003), o racismo, enquanto representação social e sistema político e económico de hierarquização, não deve ser entendido como uma decorrência natural e inevitável destes processos. Antes como um sistema cultural, político e económico que estrutura as relações e identidades sociais (Cabecinhas, 2007; Dalal, 2013). Dependendo das narrativas culturais e memórias históricas, a diferenciação social pode variar desde um favoritismo grupal até uma outrificação radical, que inferioriza e desumaniza os membros do exogrupo. A maior ou menor ativação das narrativas e representações discriminatórias, xenófobas ou racistas, varia de acordo com as mudanças sociais, económicas e culturais, permitindo legitimar a discriminação e

desigualdade quando é conveniente que esta seja legitimada. Assim, o racismo não é inevitável, antes sobrevive nas estruturas sociais e imaginários, mesmo nos contextos democráticos, por meio de mitos de legitimação (Vala et al., 2015), podendo assumir formulações mais hostis e ostensivas em cenários de crise económica e social.

O racismo estrutural permanece normalizado, tirando partido de imaginários historicamente construídos, mantidos pela cultura hegemónica e organizados em torno de preconceitos racistas, xenófobos e classistas. É, por isso, essencial considerar a camada histórica na compreensão dos fenómenos sociais e o papel que aqui desempenham a cultura, na estruturação das memórias e identidades coletivas (Ribeiro, 2020), e os valores sociais, como dispositivos centrais de auto-preservação (Reimão, 1996), quer das identidades quer do seu poder e privilégios.

Enquanto protagonista do movimento de colonização europeu, Portugal conserva um conjunto de valores eurocêntricos e lusotropicalistas. No contexto dos quais, a identidade e autoestima estão abrigadas e defendidas numa nostalgia da grandiosidade colonial (Lourenço, 1992), suportada numa suposição de superioridade civilizacional e moral que advoga, como expressões notáveis das realizações nacionais, a “descoberta” das rotas marítimas e dos “Novos Mundos”, assim como a benignidade e proximidade nas relações com os povos colonizados. Nesta narrativa, as motivações coloniais foram enquadradas, pela propaganda do Estado Novo, no cumprimento do dever moral de evangelizar e promover o desenvolvimento civilizacional, e de um desejo benevolente de misturar-se com outras culturas e grupos étnicos (Sousa, 2017). Esta mitologia lusotropical, culturalmente construída e socialmente partilhada, protege as pessoas de se reconhecerem como racistas, o que por sua vez facilita, porque invisibiliza e normaliza, as expressões de racismo (Vala et al., 2015).

A norma moral e cultural branca organizou-se em torno dos valores liberais e capitalistas do individualismo, do sucesso e da competitividade. Estes valores atuam nas transações e interações entre a identidade branca e as Outras que disputam os seus valores e hegemonia. Numa

conjuntura de crise intensificam-se as tensões sociais intergrupais. Importa, assim, considerar a forma como os valores de dominância social vão operando como mecanismos para proteger identidades e privilégios, que são simultaneamente de classe e étnico-raciais, e para clivar e subalternizar as diferenças, por forma a legitimar ou invisibilizar as desigualdades e a retroalimentar preconceitos e imaginários coloniais de uma ordem racial.

Os resultados deste estudo confirmam a hipótese de que a experiência de desigualdade aumenta a perceção de ameaça, ameaça essa já historicamente enraizada nos imaginários coloniais e nas atitudes de branquitude, o que se traduz num aumento das expressões de racismo. Os resultados permitem ainda verificar o efeito amplificador da adesão a valores de dominância social, poder e conservadorismo. Conclui-se, assim, que os efeitos da desigualdade e da perceção de ameaça no racismo, não são lineares nem independentes da matriz cultural e ideológica, antes dependem da socialização em torno dos valores de dominância social.

Este conjunto de resultados deve ser enquadrado à luz da constelação complexa das estruturas simbólicas, identitárias, políticas e económicas que estão na base da manutenção do poder hegemónico da identidade branca e do capitalismo racial. Estas conclusões sublinham a necessidade de, simultaneamente, combater a desigualdade social e desconstruir os discursos hegemónicos e nacionalistas da identidade branca eurocêntrica, que alimentam direta ou indiretamente o racismo, incluindo os imaginários raciais, daltónicos e meritocráticos e a mitologia nostálgica de um Portugal grandioso e bom colonizador.

Disputar e destabilizar as narrativas estabelecidas que praticam o desmentido do racismo e a negação das violências coloniais e que, ao mesmo tempo, alimentam uma ideia de superioridade eurocêntrica e de legitimidade inabalável dos seus privilégios, implica abrir espaço para as disputar memórias da mitificação europeia e do norte global. A construção de uma memória plural, feita de outros corpos e epistemologias não-eurocêntricas, estejam estas fora ou dentro das fronteiras do norte global, torna-se assim ferramenta essencial

para uma reparação histórica e justiça social (Martins, 2021). Esta contestação reparadora tem vindo a ser reivindicada através da escrita da história (Hall, 2018), da arte e literatura das diáporas africanas (Ribeiro, 2020) e do ativismo político e académico (Martins, 2021). Estas reparações permitirão não apenas aceder a uma justiça histórica, mas também transformar as memórias coletivas, os sistemas de valores e os imaginários que aprisionam o Outro numa subalternidade material e simbólica. A reparação histórica implicará trazer a raça, o colonialismo e a escravatura para o centro da conversa sobre as desigualdades estruturais e para desistituir a atualização das violências coloniais praticada ao abrigo de imaginários daltónicos e meritocráticos.

Referências bibliográficas

- Alves, A. R. (2021). *Quando Ninguém Podia Ficar - Racismo, habitação e território*. Lisboa: Tigre de Papel.
- Aosved, C. A., Long, P. J., e Voller, E. K. (2009) Measuring Sexism, Racism, Sexual Prejudice, Ageism, Classism, and Religious Intolerance: The Intolerant Schema Measure. *Journal of Applied Social Psychology*, 39(10), 2321-2354. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2009.00528.x>.
- Bethencourt, F. & Pearce, A. (Eds.) (2012). Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World. *Proceedings of the British Academy*, 179, British Academy.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2013). Symbolic capital and social classes. *Journal of classical sociology*, 13(2), 292-302.
- Bukowski, M., de Lemus, S., Rodriguez-Bailón, R., & Willis, G. B. (2017). Who's to blame? Causal attributions of the economic crisis and personal control. *Group Processes & Intergroup Relations*, 20(6), 909-923.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*. Porto. Campo das Letras.
- Cabral, J., Pasion, R., Moreira, A. R., Moreira, C., Ferreira, C. & Antunes, C. (2016). Inventário de Desigualdade Percebida. Manuscrito não publicado.
- Dalal, F. (2013). *Race, colour and the processes of racialization: New perspectives from group analysis, psychoanalysis, and sociology*. Routledge.
- Fanon, F. (1961/2021). *Os condenados da terra*. Letra Livre.
- FFMS (2022). Um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país. <https://portugaldesigual.ffms.pt/evolucaodasdesigualdades>.
- Fishbein, H. D. (2003), "The genetic/evolutionary basis of prejudice and hatred.", *Journal of Hate Studies*, 3, 113-119.
- Granje, M. e Peixoto, F. (2013) contributo para o estudo da Escala de Valores Humanos de Schwartz em professores. *Laboratórios de Psicologia*, 11, 3-17
- Hall, C. (2018). Doing reparatory history: bringing 'race' and slavery home. *Race & Class*, 60(1), 3-21. <https://doi.org/10.1177/0306396818769791>.
- Khan, S. R. (2010). Introduction: democratic inequality. In *Privilege* (pp. 1-17). Princeton University Press.
- Lantz, M. M., Pieterse, A. L., & Taylor, T. O. (2020). A social dominance theory perspective on multicultural competence. *Counselling Psychology Quarterly*, 33(2), 142-162.
- Lourenço, E. (1992). *O Labirinto da Saudade: Psicanálise do Destino Português*. Dom Quixote.
- Lowe, L., & Manjapra, K. (2019). Comparative Global Humanities After Man: Alternatives to the Coloniality of Knowledge. *Theory, Culture & Society*, 36(5), 23-48. <https://doi.org/10.1177/0263276419854795>.
- Maeso, S. R. (orgs.) (2021). *O Estado do Racismo em Portugal. Racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas*. Lisboa: Tinta da China
- Martins, B. S. (2021). Racismo, identidades, práticas de diferenciação. As memórias pós-coloniais e a construção da diferença racial. In A. S. Ribeiro (Org.), *A cena da pós-memória. O presente do passado na Europa pós-colonial* (pp. 53-67). Afrontamento.
- Mignolo, W. D. (2021). Coloniality and globalization: a decolonial take. *Globalizations*, 18(5), 720-737. <https://doi.org/10.1080/14747731.2020.1842094>.
- Moreira, A. R. (2018). *Inventário de Desigualdade Percebida (IDP): estudo das qualidades psicométricas* [Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Nata, G. (2011). *Diferença Cultural e Democracia. Identidade, cidadania e tolerância na relação entre maioria e minorias*. ACIDI, IP.
- Reimão, C. (1996). A Cultura enquanto suporte de identidade, de tradição e de memória. *Revista da Faculdade das Ciências Sociais e Humanas*, Vol. 9, 309-311. <http://hdl.handle.net/10362/6927>.
- Ribeiro, M. C. (2020). Uma história depois dos regressos: a Europa e os fantasmas pós-coloniais. *Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani*, 12(2), 74-99. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12169>.
- Roldão, C. (2015). *Fatores e Perfis de Sucesso Escolar "Inesperado": Trajetos de Contratendência de Jovens das Classes Populares e de Origem Africana*. Dissertação de doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- Santos, B. S. (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Sousa, V. (2017). "O Estado Novo, a cunhagem da palavra 'portugalidade' e as tentativas da sua reabilitação na atualidade.". *Estudos em Comunicação*, 1(25), 287-312.
- Schwartz, S. H. (2003). A proposal for measuring value orientations across nations. In *Questionnaire Development Package*

of the *European Social Survey* (pp. 259-319). Disponível em: https://www.europeansocialsurvey.org/docs/methodology/core_ess_questionnaire/ESS_core_questionnaire_human_values.pdf.

Stephan, W. G., & Stephan, C. W. (2000). An integrated threat theory of prejudice. In S. Oskamp (Ed.), *Reducing prejudice and discrimination* (pp. 23-46). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Tajfel, H. (1982), "Social psychology of intergroup relations.", *Annual review of psychology*, 33 (1), 1-39.

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (2015). Expressões dos racismos em Portugal. Imprensa de Ciências Sociais.

Vargas-Salfate, S., Paez, D., Liu, J. H., Pratto, F., & Gil de Zúñiga, H. (2018). A comparison of social dominance theory and system justification: The role of social status in 19 nations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 44(7), 1060-1076.

Joana Cabral. Universidade Lusófona/HEI-Lab: Digital Human-Environment Interaction Lab, financiado (UIDB/O5380/2020) pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (Ministério para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior).

Manuela Rebocho. Universidade Lusófona.

Ana Cristina Pereira. CECS – Universidade do Minho. Colaborou neste trabalho no âmbito do projeto "MigraMediaActs – Migrações, media e ativismos em língua portuguesa: descolonizar paisagens mediáticas e imaginar futuros alternativos" (PTDC/COM-CSS/3121/2021), apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 24 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 20 junho 2022.